

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 01/Set



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3467- Ano 2025

DISTRITO FEDERAL

Informações importantes sobre a CCT 2025



O Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal informa a toda a categoria que tem circulado nas redes sociais a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) referente ao processo em curso no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), responsável pela mediação do acordo entre o Sindicato e o patronal.

O TRT marcou para a próxima segunda-feira (1º de setembro), às 14h30, na sede do Tribunal, a audiência em que será realizada a assinatura entre as partes e, em seguida, a homologação da Convenção.

É importante reforçar que, enquanto a CCT não for homologada, ela não tem efeito jurídico. Por esse motivo, o Sindicato não se antecipou em divulgar qualquer informação oficial sobre o acordo.

Assim que a homologação for concluída, o Sindicato fará a comunicação oficial para todos os vigilantes, trazendo os detalhes do acordo e a validade da CCT 2025.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes do DF – Juntos somos mais fortes!

Esparta é intimada a apresentar conta de liquidação da indenização por dano moral coletivo

Empresa de segurança foi condenada por não cumprir cota de aprendizagem



A juíza Maria José Rigotti Borges, da 21ª Vara do Trabalho de Brasília (DF), intimou a Esparta Segurança Ltda. a apresentar a conta de liquidação referente à sentença do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que a condenou por não cumprimento da cota de aprendizagem, prevista na Consolidação das Leis do Trabalho.

O Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal (MPT-DF), representado pelo procurador Luis Paulo Villafañe Gomes Santos, ajuizou ação civil pública contra a Esparta, em 2017, para que ela cumprisse os dispositivos legais atinentes à aprendizagem, mantendo número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, no seu quadro de empregados cujas funções demandem formação profissional.

Em sua defesa, a Esparta sustenta que a atividade de vigilância armada é incompatível com o contrato de aprendizagem e, portanto, o cargo de vigilante deve ser excluído da base de cálculo da referida cota. Apesar de ter vencido em primeira instância, a tese da empresa não prosperou e a decisão foi reformada em acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. No TST, a empresa alegou ainda a falta de transcendência que justificasse o deferimento de indenização por dano moral coletivo.

Com a condenação definitiva, a juíza Maria Borges deu prazo de 15 dias para que a empresa apresente conta de liquidação com o valor atualizado da indenização por danos morais coletivos, bem como a documentação idônea que ateste o cumprimento da cota de aprendizagem, sob pena de multa diária no valor de mil reais por aprendiz não contratado.

Atualmente, o processo se encontra no 18º Ofício Especializado da PRT 10, sob a titularidade do procurador Thiago Lopes de Castro.

Processo 0001637-26.2017.5.10.0021

Fonte: ASCOM MPT/DF

SINDIVIGILANTE SERGIPE NOTIFICA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE E EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA FORÇA ALERTA

Aracaju-Se, 29 de agosto de 2025



Nesta sexta-feira, 29 de agosto de 2025, o Sindivigilante Sergipe notificou a Universidade Federal de Sergipe - UFS, e a empresa prestadora dos serviços de vigilância Força Alerta Segurança.

Após denúncias recebidas de que a Universidade Federal de Sergipe - UFS, estaria promovendo reiteradas substituições de vigilantes e, conseqüentemente, demissões desses trabalhadores que prestam serviços à referida universidade, sem qualquer motivação, inclusive com indicações de novos trabalhadores através de currículos feitos pela própria instituição de ensino, o nosso sindicato buscou junto aos responsáveis respostas quanto a essas práticas.

O Sindivigilante Sergipe estará investigando as denúncias feitas a essa entidade, e caso essas se comprovem, estaremos denunciando ao Ministério Público Federal e faremos atos em frente a referida Universidade.

Não podemos aceitar que situações como essas que chegaram ao nosso conhecimento, aconteçam normalmente em órgãos públicos.

Quem não luta pelos seus direitos, não é digno deles.

Gestão: transparência e renovação - Diretor-presidente: Reginaldo Gonçalves.

[ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE](#)

SINDICATO SVNIT PARTICIPA DA XII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO BONITO



Mais uma vez preocupado com a saúde do trabalhador e o direito ao atendimento da nossa categoria no SUS, a diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões participou hoje da XII Conferência Municipal de Saúde de Rio Bonito, onde foi debatido e aprovadas várias propostas de interesse da população de Rio Bonito.

Os diretores que estiveram presentes na conferência os diretores Cláudio Vigilante, Adilson Silva, Josimar, e Luciano Nunes.

Ao final da conferência foi eleito o novo Conselho Municipal de Saúde de Rio Bonito e o Sindicato Svnit foi um dos eleitos para compor o conselho representando os usuários e em especial os Vigilantes de Rio Bonito.

Vai representar o Sindicato no Conselho os diretores Cláudio Vigilante e Luciano Nunes.

Sindicato Svnit sempre atuante.

FONTE: SVNIT

Paim critica propostas de reforma da Previdência



Em pronunciamento no Plenário nesta sexta-feira (29), o senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a criticar propostas de reforma da Previdência Social defendidas por segmentos do setor privado — como o sistema financeiro. Ele afirmou que tais propostas têm o objetivo de retirar direitos dos trabalhadores e abrir caminho para a privatização, seguindo um modelo de capitalização semelhante ao do Chile.

Paim disse que a CPI da Previdência, da qual foi presidente, comprovou que o sistema previdenciário do Brasil é superavitário. Segundo ele, as dificuldades da Previdência decorrem de má gestão.

— Nós sabemos que, por trás disso [dessas propostas], está um sonho dos poderosos, que é o de privatizar a Previdência, semelhante ao que ocorreu no Chile: quem tem dinheiro poupa, quem não tem não poupa e não tem Previdência. O verdadeiro problema [no Brasil] não está no modelo em si, mas na gestão de recursos: má administração, corrupção, desonerações, sonegação, falta de fiscalização mais severa e dívidas bilionárias não cobradas de grandes grupos econômicos — argumentou.

Paim disse que, sem os benefícios previdenciários e assistenciais, 42% da população brasileira estaria vivendo abaixo da linha da pobreza.

Ele sugeriu mudanças na forma de financiamento da Previdência, com a substituição da contribuição sobre a folha de pagamento por uma taxa sobre o faturamento das empresas.

— Esse é um caminho justo, solidário e sustentável, que fortalece a Previdência e aqueles que mais geram emprego. Defender a Previdência Social é defender o povo brasileiro, é defender a nossa gente. Não podemos permitir que a Previdência Social seja transformada em um negócio. Em um país tão desigual, enfraquecê-la é aprofundar ainda mais o abismo social e condenar milhões de idosos a uma velhice sem segurança — declarou.

Fonte: Agência Senad

Operação que revelou relação entre fintechs e PCC confirma alertas da Contraf e dos sindicatos

Em maio de 2024, confederação fez parte de comitiva que entregou ao Ministério da Fazenda proposta de regulação de fintechs para proteger sistema financeiro



A megaoperação contra o Primeiro Comando da Capital (PCC) envolvendo fintechs, deflagrada nesta quinta-feira (28) pela ação conjunta entre Polícia Federal, Ministério Público de São Paulo e Receita Federal, expôs uma fragilidade de regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) que a Confederação Nacional dos Ramo Financeiro (Contraf-CUT), as federações e sindicatos já vinham alertando desde o ano passado.

“Nosso alerta começou quando percebemos que, nos últimos anos, foi ocorrendo um forte deslocamento do emprego no setor financeiro: os bancos reduziram vagas, enquanto empresas de tecnologia que oferecem serviços financeiros (as chamadas fintechs) aumentaram as contratações, porém sem as mesmas coberturas de direitos que a categoria bancária possui. Ou seja, estávamos diante de um processo de precarização do emprego no setor financeiro”, conta Juvandia Moreira, presidenta da Contraf-CUT. “Mas, não paramos por aí. Verificamos

também que a rápida expansão de fintechs no setor era resultado de uma regulamentação muito frágil do Banco Central (BC), e que, além de permitir a precarização de empregos, facilitava a sonegação de impostos e lavagem de dinheiro, por meio dessas fintechs, contribuindo para o crime organizado”, completou a dirigente, que também é vice-presidenta da CUT Nacional.

“Se as fintechs tivessem as mesmas obrigações trabalhistas, tributárias e de segurança que os bancos, não seriam instituições financeiras que atuam em favor do crime, mas sim em prol de toda a sociedade. Por isso defendemos a justa regulamentação do sistema financeiro nacional”, denuncia Talita Régia, secretária de Organização do Ramo Financeiro da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN). A Federação fez essas denúncias no Congresso e na Conferência Regional, realizados respectivamente em março e agosto deste ano, e nas várias audiências públicas que participou

na Câmara dos Deputados para discutir temas ligados aos bancos.

Em 2024, a porta-voz da Contraf-CUT fez parte de uma comitiva que entregou ao Ministério da Fazenda uma proposta para a regulamentação das fintechs. “Na ocasião, destacamos que o cenário de crescimento exponencial de fintechs, operando fora das mesmas regras que os bancos estão submetidos, desestimulava o crescimento do emprego descente, e que se essas empresas atuavam como bancos tinham que estar submetidas às mesmas regras trabalhistas, fiscais e de segurança que os bancos”, destacou a dirigente.

Em maio desse ano, a confederação levou o debate para uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), mediada pelo deputado federal Reimont (PT-RJ), onde os trabalhadores reforçaram que as políticas de regulação para as fintechs do BC estariam contribuindo para um ambiente de crise financeira.

“Sob o argumento de aumentar a concorrência no setor financeiro e, assim, reduzir as taxas de juros e aumentar a oferta de crédito, o BC criou instruções para facilitar a atuação das fintechs. Com isso, de 2016 para 2024, o número dessas empresas de tecnologia, regulamentadas pela entidade, passou de 1 para 258”, destacou economista e técnico do Dieese, Gustavo Cavarzan, durante a audiência. “Essa regulamentação permissiva do BC foi bem sucedida apenas para impulsionar esses novos atores no setor financeiro, mas não em reduzir as taxas de juros do sistema em benefício da população”, completou. Hoje, em 2025, são 308 o número de fintechs regulamentadas pelo BC.

Na mesma audiência pública, o doutor em cientista político pela USP e pesquisador da FAPESP, Moisés da Silva Marques, mostrou que, no ranking de reclamações do BC, publicado ainda em 2025, as fintechs apareciam nas 15 principais posições por problemas relacionados

à falta de transparência, impossibilidade de portabilidade e fraudes em geral. “O modelo de regulação implementado pelo Banco Central, na última década, acabou aumentando o risco sistêmico financeiro no país e de fraudes”, ressaltou o pesquisador.

A fake news da taxaço do pix

Em matéria publicada em fevereiro deste ano, a Contraf-CUT também havia destacado a possível colaboração de Nikolas Ferreira com o crime organizado. Em janeiro, o deputado federal do PL havia propagado a fake news de que uma instrução normativa da Receita Federal para aumentar o monitoramento das fintechs obrigaria a população a pagar taxas sobre as transações via pix. Por causa do impacto negativo provocado pela notícia falsa, o governo federal decidiu revogar a norma.

Nesta sexta-feira (29), a Receita Federal publicou uma nova instrução normativa, com os mesmos objetivos, desta vez, como explicou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com redação “bastante direta e didática, com apenas pix quatro artigos”, para não dar “margem para uma nova onda de mentiras”.

Contraf-CUT e GGN fecham parceria

“A Contraf-CUT e o Jornal GGN iniciarão nos próximos dias uma série de reportagens na qual vamos trazer ao público temas que apontam para a necessidade de repensarmos o modelo do Sistema Financeiro Nacional”, destaca secretário de Assuntos Socioeconômicos da Contraf-CUT, Walcir Previtale. “Então, convidamos a todos e todas que acessem nossos sites e sigam nossas redes sociais para manterem-se informados”, pontua.

Fonte: Contraf-CUT, com informações da Fetec-CUT/CN

Setembro Amarelo e a saúde mental dos trabalhadores

Campanha realizada neste mês é fundamental para a conscientização e prevenção do suicídio



O Setembro Amarelo é uma campanha fundamental para a conscientização e prevenção do suicídio, e sua relevância no mundo do trabalho é cada vez mais reconhecida. Este mês tem como objetivo romper o silêncio em torno do suicídio, promovendo diálogos abertos sobre saúde mental e incentivando a busca por ajuda.

Embora o foco não se destine especificamente aos trabalhadores, o ambiente de trabalho ganha especial importância devido ao impacto significativo que a organização do trabalho pode ter na saúde mental.

O estresse, a pressão por resultados, jornadas excessivas e a falta de reconhecimento são fatores que contribuem para o esgotamento mental, um problema que pode levar ao desenvolvimento de transtornos mentais, Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

incluindo a depressão, ansiedade e, em casos extremos, ao suicídio.

É importante ressaltar que a campanha alerta sobre esses riscos, promove o bem-estar e incentiva a cultura organizacional que valoriza a saúde mental. Ao abordar o suicídio de forma aberta, as empresas podem contribuir para a diminuição do estigma, criar um ambiente seguro para que os trabalhadores se sintam à vontade para compartilhar suas dificuldades e buscar auxílio.

Trabalho e cuidados com a saúde mental dos trabalhadores

O trabalho na vida de uma pessoa é mais do que uma simples fonte de renda; ele é sinônimo de crescimento profissional, possibilita a construção de objetivos e a realização deles. Através do trabalho, desenvolvemos habilidades, adquirimos conhecimentos e enfrentamos desafios que nos impulsionam a evoluir continuamente. Além disso, trabalhar é também criar e transformar a nossa própria história.

Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, em 2019, foram registrados mais de 700 mil suicídios em todo o mundo, sem contar as subnotificações. O número no Brasil chega aproximadamente a 14 mil casos por ano, ou seja, a cada dia, em média 38 pessoas tiram a própria vida.

A terceira maior causa de afastamentos por auxílio-doença acidentário, segundo dados da Previdência Social, está relacionada aos transtornos mentais. A Norma Regulamentadora – NR 01 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais) introduziu a identificação e gestão de riscos psicossociais no ambiente de trabalho.

Fonte: Governo Federal com alterações CNTV

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF